



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000388-42.2018.8.26.0037**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Planos de Saúde**  
 Requerente: **Miguel Henrique Vieira**  
 Requerido: **Unimed de Araraquara Cooperativa de Trabalho Médico**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**MIGUEL HENRIQUE VIEIRA** - menor - ajuizou ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER** contra **UNIMED DE ARARAQUARA – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, alegando, em resumo, que sofre de Transtorno do Espectro Autista (TEA). A requerida negou a cobertura de tratamento pela método ABA em clínica especializada e credenciada, pois busca redirecionar e limitar o tratamento indicado. Sendo esta conduta abusiva. Pleiteia a procedência do pedido para que a requerida seja condenada a fornecer o tratamento indicado.

O pedido de antecipação da tutela jurisdicional foi deferido (págs. 33/35).

A acionada apresentou defesa, rebatendo a pretensão inicial. Afirma que não houve negativa, inclusive forneceu o tratamento para autor, na clínica por ele indicada. Após a concessão de liminares em diversos processos, verificou que referida clínica não suportaria a demanda, ocasião em que construiu prédio próprio e contratou profissionais para atender os pacientes, o que demonstra que não houve negativa de cobertura.

Houve regular intervenção do d. Representante do Ministério Público que opinou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pelo acolhimento do pedido inicial.

**Breve é o relatório.**

**DECIDO.**

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de outras provas, além da documental que instrui o processo (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

*“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravo de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).*

*“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).*

Trata-se de ação de obrigação de fazer ajuizada pelo autor, criança portadora de Transtorno de Espectro Autista (CID F84), visando a cobertura securitária integral do tratamento sob método ABA, conforme indicado por profissional que o acompanha.

O pedido inicial deve ser julgado procedente.

De início, importante registrar que a Clínica Espectro, indicada para o autor realizar o tratamento adequado, é credenciada pela requerida. A acionada pretende impor ao autor a realização do tratamento em outro estabelecimento, por ela criado. Tal conduta deve ser reconhecida como ilegal e abusiva, pois é direito do consumidor, beneficiário do plano de saúde, eleger o profissional que o atenderá.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**6ª VARA CÍVEL**
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Analisando a documentação apresentada pelas partes, verifica-se que não há qualquer exclusão, expressa, quanto ao tratamento pretendido. Ao contrário, a acionada, inclusive, já forneceu ao autor o tratamento que ele necessita, mas por período inferior ao prescrito. É fato incontroverso que o autor padece de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e necessita de tratamentos específicos, indispensáveis para sua saúde, entre eles, psicologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, a serem ministrados por profissionais especializados em sua patologia, conforme indicações de profissionais vinculados à acionada. Nesse particular, por conta da existência de indicação médica, de profissional vinculada à requerida, desnecessária a produção da prova pericial reclamada. Ademais, havendo indicação médica não cabe ao plano questionar o tratamento prescrito, podendo por analogia ser citada a Súmula nº 96 do E. TJSP: "*Havendo expressa indicação médica de exames associados a enfermidade coberta pelo contrato, não prevalece a negativa de cobertura.*" E também a súmula nº 102, do E. TJSP: "*Havendo expressa indicação médica, é abusiva a negativa de cobertura de custeio de tratamento sob o argumento da sua natureza experimental ou por não estar previsto no rol de procedimentos da ANS.*"

Nesse sentido, importante citar recentes decisões do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

*"PLANO DE SAÚDE. PACIENTE COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA. FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL E COMPORTAMENTAL. MÉTODOS INTEGRAÇÃO SENSORIAL E ABA. EXCLUSÃO. INADMISSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. Sentença que julgou procedente ação cominatória, para determinar que a ré forneça o tratamento solicitado, sem limite de sessões, na duração e quantidade determinadas pelos especialistas, confirmando a tutela antecipada. 2. A recusa da ré à cobertura das terapias prescritas por médico especialista que acompanha o paciente no tratamento, seja em decorrência de exclusão contratual, seja por não constar na tabela da ANS, é inválida, violando a própria natureza do contrato. 3. A interpretação das cláusulas contratuais deve ser feita em prol do contratante beneficiário, a fim de garantir sua saúde (art. 47, do CDC), e em observância à própria função social do contrato. 4. Incidência da Súmula nº 102 do TJSP. 5. Apelação não provida "(TJSP – Apelação 1023467-81.2016.8.26.0114 – Relator: Alexandre Lazzarinni; Comarca: Campinas; Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 09/05/2017).*

*"Apelação cível. Plano de saúde. Obrigação de fazer. Autor menor impúbere, representado por sua mãe, portador de TEA (autismo). Prescrição de tratamento multidisciplinar (psicoterapia e fonoterapia). Recusa da ré em autorizar a cobertura do tratamento por não constar do rol da ANS. Os procedimentos de saúde cobertos pelos planos não podem sofrer limitações quando o paciente*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**6ª VARA CÍVEL**
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*está em tratamento e quando prescritos por médico. Súmula 102 do e. TJSP. O reembolso dos valores dispendidos em clínica particular deverá observar os limites do contrato. Reembolso deve observar e ser proporcional à remuneração do plano eleito pelo beneficiário. Recurso da ré parcialmente provido" (Apelação nº 1108304-48.2015.8.26.0100, 8ª Câmara de Direito Privado do TJSP, rel. Silvério da Silva, j. 08.08.2017).*

*"APELAÇÃO CÍVEL. Plano de saúde. Ação de obrigação de fazer. Pretensão de condenar a operadora a custear tratamento multidisciplinar de autismo, sem limitação de sessões. Sentença de parcial procedência, que determinou a cobertura dos tratamentos e terapias não disponíveis na rede credenciada. Recurso de ambas as partes. Inconformismo da ré em relação ao número ilimitado de sessões e ao tratamento com equoterapia. Inexistência de previsão no rol obrigatório na ANS não torna lícita a exclusão de procedimento. Precedentes desta Câmara. Aplicação da Súmula 102 deste Tribunal. A limitação de sessões, por outro lado, não prevalece por colocar em risco o próprio objeto do contrato, ao restringir a assistência dada à doença coberta pelo plano de assistência à saúde, em violação ao art. 51, IV do CDC. Determinação de cobertura que deve se estender à integralidade dos tratamentos e terapias, uma vez demonstrada a incapacidade da rede credenciada de oferecer de forma adequada o tratamento multidisciplinar. Sentença reformada em parte, para esse fim. RECURSO DO AUTOR PROVIDO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ" (TJSP – APELAÇÃO Nº : 1074917-42.2015.8.26.0100- Rel. Viviane Nicolau – j. 03.10.17).*

*"Agravo de Instrumento obrigação de fazer deferimento tutela provisória de urgência - custeio de tratamento para menor que padece de autismo fisioterapia pelo método "ABA" negativa de cobertura - Abusividade reconhecida. Não cabe à ré nem ao paciente a escolha do tratamento, tampouco sua limitação - Presença dos requisitos formais do art. 300 do NCPC para a concessão da tutela provisória de urgência - Decisão mantida Recurso não provido" (TJSP – Agravo de Inst.: 2182623-08.2017.8.26.0000 - REL. Des. Moreira Viegas – j. 03.10.17).*

Por fim, diante da expressa prescrição médica e havendo cobertura contratual para a enfermidade do autor, não há por que ser negada ao beneficiário a cobertura do tratamento médico multidisciplinar específico por meio do método ABA, sendo este o tratamento de que necessita o paciente para sucesso no tratamento de sua moléstia. O autor manifestou sua discordância quanto à sugestão de utilização dos serviços de outra clínica, e sua opção há de ser respeitada, vez que, apesar do relatado nas págs. 202 e seguintes, nada se apresentou, até agora, de concreto, a impedir a prestação de serviços pela clínica indicada pelo profissional que assiste o autor.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****6ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante da expressa prescrição médica, não há por que ser negada ao beneficiário a cobertura do tratamento médico multidisciplinar específico por meio do método ABA, sendo este o tratamento de que necessita o paciente para sucesso no tratamento de sua moléstia.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE**, esta ação movida por **MIGUEL HENRIQUE VIEIRA** contra **UNIMED DE ARARAQUARA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, acolhendo o pedido inicial, para que a acionada providencie o tratamento de que necessita o autor, por meio do método ABA, por 15 horas semanais, na clínica indicada, ratificando a decisão inicial, inclusive quanto às *astreintes*. Sucumbente, responderá a requerida pelas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10 % do valor da causa.

**P.R.I.**

Araraquara, 05 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**